

SÓ PODIA SER COISA DE PRETA! REFLEXÕES INTERSECCIONAIS DE UMA EDUCOMUNICADORA

*IT COULD ONLY BE A BLACK WOMAN'S STUFF.
AN EDUCOMMUNICATOR'S INTERSECTIONAL REFLECTIONS*

 [0000-0002-0102-5352](https://orcid.org/0000-0002-0102-5352) Rosangela Malachias^A

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 06 mai. 2022 | **Aceito em:** 06 set. 2022

Correspondência: Rosangela Malachias (rosmalach@gmail.com)

Resumo

O artigo objetiva contribuir para com a compreensão do conceito interseccionalidade (CRENSHAW, 2009), como conhecimento também produzido por mulheres negras intelectuais brasileiras. Para tanto, como estratégia metodológica, a narrativa apresenta as interfaces da História, Comunicação e Educação e, a despeito dos diferentes tempos históricos estabelece diálogos reflexivos, transculturais e educacionais (MALACHIAS, 2018), identificados como “Ação educativa de combate ao racismo” - terceiro princípio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-racial Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Como resultado, identifica o protagonismo das mulheres negras na criação de uma agenda política interseccional, na perspectiva de classe, raça-etnia e gênero. Entretanto, embora seja inegável, a participação ativa das Mulheres Negras nem sempre é conhecida e/ou desvelada.

Palavras-chave: mulheres negras - interseccionalidade - diálogos transculturais e educacionais.

Abstract

“Black Women and Intersectionalities” aims to contribute to the understanding of the concept of intersectionality (CRENSHAW, 2009), as knowledge also produced by Brazilian intellectual black women. Therefore, as a methodological strategy, the narrative presents the interfaces of History, Communication and Education and, despite the different historical times, it establishes reflective, transcultural and educational dialogues (MALACHIAS, 2018), that are being identified as "Educational action to combat racism" - third principle of the National Curriculum Guidelines for Ethnic-racial Education Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture (BRASIL, 2004). As a result, it identifies the role of black women in the creation of an intersectional political agenda, from the perspective of class, race-ethnicity and gender. However, although it is undeniable, the active participation of Black Women is not always known and/or unveiled.

Keywords: black women - intersectionality - transcultural and educational dialogues.



Considerações iniciais - sobre o título

*Quando penso no que escrever, sempre trabalho
a partir do lugar da experiência concreta,
escrevendo sobre o que acontecia na minha vida e
na vida de mulheres e homens que me rodeiam
bell hooks (1952-2021).*

Como autora, considero pertinente afirmar a condição de sujeita/tema, por ser docente, jornalista, educadora e, há mais de três décadas, uma ativista orgânica do/no Movimento Social Negro (MSN). As múltiplas identidades políticas (HALL, 2006) que compõem a minha existência, também se inserem nas perspectivas imbricadas na definição da interseccionalidade - contextualizada histórica, individual e coletivamente - numa sociedade de classes, profundamente desigual como o Brasil.

A perspectiva coletiva tem se desenvolvido em espaços físicos e virtuais no Brasil e no mundo. São eles: o WLE – *Women Leading Education Group*, que reúne, desde 2007, mulheres líderes em educação (formal e não formal) de diferentes países compromissadas com a produção de pesquisas direcionadas à promoção da justiça social e igualdade de gênero; o AFRODIÁSPORAS – Núcleo de Pesquisa sobre Mulheres Negras Cultura Visual Diferenças e Educomunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, criado em 2016, na cidade de Duque de Caxias, RJ e o mais recente Coletivo de Intelectuais Negras e Negros (CDINN) nascido em junho de 2020, como respondente crítico aos discursos ofensivos proferidos na mídia nacional contra os Movimentos Negros do país.

Desde 2017 apresento palestras, cursos, pesquisas e textos explicando serem “Coisas de Preta”. Isto porque decidi ressignificar a frase proferida, com desdém e em tom racista, por um homem branco, brasileiro, jornalista âncora de uma grande emissora de televisão. Sem perceber que estava sendo filmado/gravado, ele emitiu palavras denominando como “coisa de preto”, o barulho de buzinas nas ruas de Washington DC, Estados Unidos. Ao lado de um convidado, também branco brasileiro, o âncora fazia comentários sobre as eleições naquele país. Porém, o som das ruas, gritos, buzinas, penetrou o estúdio atrapalhando, na opinião dele, a transmissão ao vivo. O fato havia ocorrido em 2016, mas um jovem negro, funcionário da emissora,

indignado, gravou e o arquivou. Um ano depois, junto com outro colega negro, publicou o vídeo num grupo ‘privado’ do whatsapp...

Era novembro de 2017, mês da consciência negra.

A ampla repercussão do vídeo, que saiu do âmbito privado para o público, justificou a ‘demissão premiada’ do jornalista. Sim, a meu ver, ele foi premiado, após o seu desligamento do telejornal, pois, em seguida, foi contratado, com salário não revelado, por outra grande emissora e abriu também um canal no YouTube. Portanto, emitir frase racista na TV aberta brasileira é um bom negócio para homens brancos da classe média alta.

Então, como reação educacional a este fato, na mesma semana de novembro de 2017, criei e passei a utilizar o slide, figura 1, que abre as minhas palestras e, pela primeira vez aparece num artigo, no qual constam dois símbolos Adinkra¹, cuidadosamente escolhidos dentre centenas, porque expressam significados relevantes. O pássaro Sankofa, com a cabeça para traz coçando a própria calda, nos ensina a aprender com o passado para compreender o presente e modificar o futuro. O crocodilo Denkyem vive dentro da água, respirando ar e não água, portanto a adaptabilidade e a prudência caminham juntas.

Historicamente, os indivíduos apresentam suas faces multiculturais: – diferenças ao padrão valorizado pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Coisa de Preta é a arte de sobreviver num país² racista e sexista. Assertivas que não carregam emotividade desta autora, caso seja esta a impressão de quem as lê, mas que se baseiam nos índices nacionais das desigualdades socioeconômicas entre as populações branca e negra, assim como nos dados crescentes de feminicídio, que colocam o Brasil, dentre os países que mais matam³ mulheres (negras) pelo fato de serem mulheres.

A prudência está na escolha de argumentos, pois há décadas os movimentos negros demonstram como o racismo age de forma imbricada ao capitalismo, extrapolando a perspectiva econômica, relevante, porém transpassada por desigualdades múltiplas. O racismo,

(...) enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (GONZALEZ, 2021, p.118).

Ser mulher negra demanda o exercício da sabedoria cotidiana para enfrentar as múltiplas opressões, que se interseccionam nas dimensões de classe, raça-etnia, gênero, sexualidade, geração..., visto que o racismo “é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da

estratificação social” (GONZALEZ, 2021, p.118). Portanto, as questões políticas, econômicas e identitárias estão simultânea e dialeticamente relacionadas.

Figura 1 – slide “Coisa de Preta” e os símbolos adinkra Sankofa e Denkiem



Fonte: elaborado pela autora do artigo. Arquivo pessoal.

Saudando a Ancestralidade

Para confirmar que se trata mesmo de uma “coisa de preta”, apresento-me também numa autodescrição e faço uma breve homenagem à Ancestralidade familiar e ativista. Quem aqui se manifesta é uma mulher negra, pele preta, usando óculos de aro preto, cabelo black power, filha e neta de mulheres negras.

Foto 1 – a então jovem datilógrafa, Zulmira Gomes Leite (Zul+) (1937-2019) nos anos 1950.



Fonte: Acervo familiar da autora.

Nos momentos da escrita deste artigo e em apresentações de lives, aulas e/ou palestras online, posiciono-me à frente de uma parede azul, na qual há um poster, preto e branco, com uma jovem mulher negra datilografando um texto. Seu nome: Zulmira Gomes Leite (1937-2019) foi professora de datilografia nos anos cinquenta do século XX e, nos anos sessenta, tornou-se mãe de um casal de filhos, como ela, futuros ativistas do MSN.

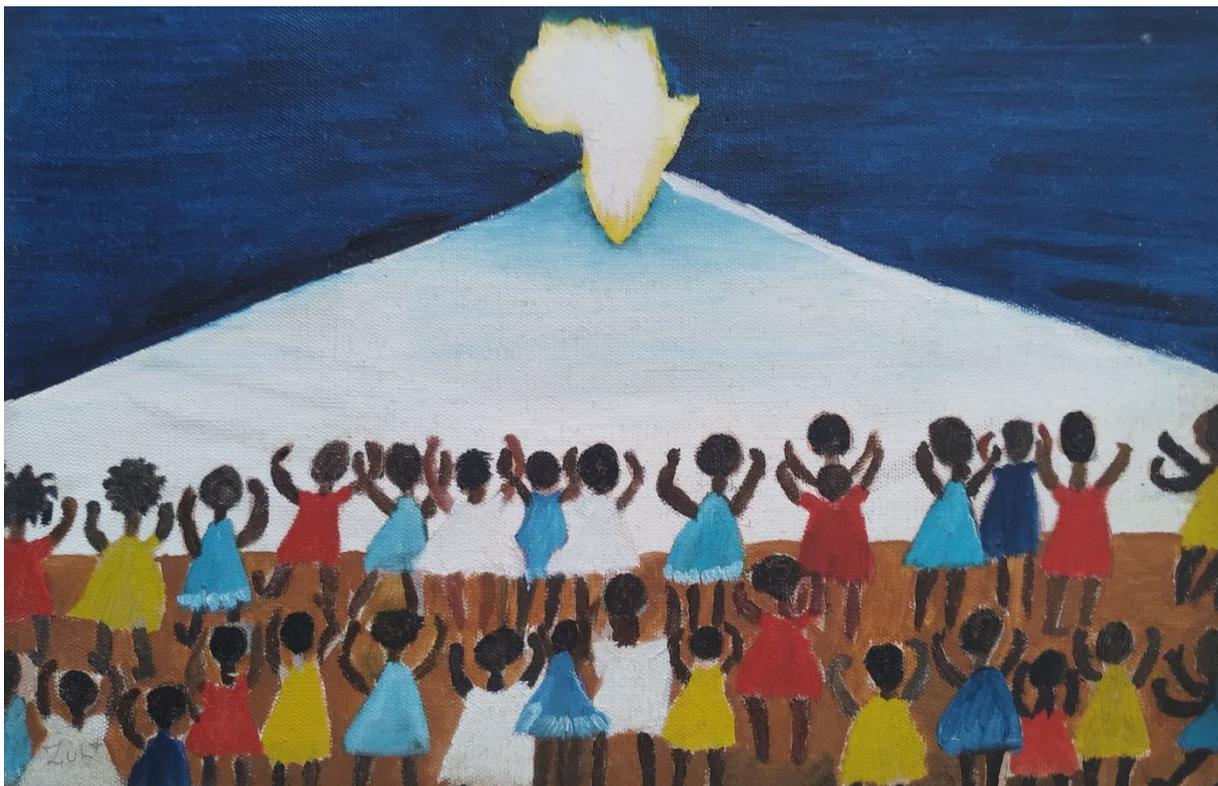
Religiosa, nos anos noventa torna-se presidenta da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida e São Benedito do Lauzane Paulista, São Paulo, filiada ao Conselho Nacional das Irmandades de São Benedito (CONISB), entidade da sociedade civil, que congrega irmandades⁴ negras de todo o país. A despeito da sua idade, 60 anos, a personagem do poster realiza o sonho de infância de “fazer faculdade”, para cursar Teologia e, ao mesmo tempo, inicia-se em uma nova carreira: artista plástica, passando a assinar Zul+ em suas pinturas.

O quadro *Negras Imagens*, óleo sobre tela, data de 1999 e se tornou a logomarca do AFRODIÁSPORAS – Núcleo de Pesquisa sobre Mulheres Negras, fundado em 2016, três anos antes do falecimento de Zul+. A imagem mostra crianças com roupas coloridas vislumbrando o futuro, representado pelo mapa da África, que irradia luz sobre as crianças.

Milhões de africanos(as) foram compulsoriamente trazidos(as) para as Américas, Caribe e Europa protagonizando o fenômeno da transculturação (ORTIZ, 1969), pois na colônia as relações sociais provocavam simultânea e dinamicamente o banzo, a adaptação e as resistências cotidianas, objetivas e subjetivas, às diferentes formas de violência perpetradas pelo sistema escravista.

Os estudos em curso no Núcleo AFRODIÁSPORAS refutam estereótipos e crenças coloniais, que ainda aparecem no currículo da educação formal e na mídia hegemônica. Metodologicamente analisam a interface Comunicação e Educação na produção (nem sempre conhecida) de intelectuais negras; identificam a existência (ou não) da liderança feminina e práticas de advocacy nas relações étnico-raciais (MALACHIAS, 2017); consideram a educação não formal e a educomunicação como práticas transformadoras. Tais escolhas teóricas e qualitativas contribuem para o desvelamento das escrituras (EVARISTO, 2020) e autodefinições (COLLINS, 2016) das mulheres negras.

Foto 2 - Negras Imagens, 1999-2000 - óleo sobre tela.



Fonte: Autora: Zul+ (Zulmira Gomes Leite). Acervo familiar.

Na busca da compreensão do sentido da interseccionalidade como conceito (CRENSHAW, 2009) inerente aos estudos das relações étnico-raciais e de gênero, precisamos entender como o racismo se manifesta.

O Brasil foi o último⁵ país do mundo a abolir a escravidão (1888). *En las colônias inglesas del Caribe la esclavitud dejó de existir en 1833; en las francesas, em 1848; y en EEUU, en 1863.* (SERVIAT, 1986, p.56-57). Com o advento da República (1889), as teorias pseudo-científicas, que fundamentavam a crença na superioridade européia, branca, masculina ganharam adeptos dentre a intelligentsia nacional (ORTIZ, 1995). Os discursos intelectuais proferidos e impressos no período pós-abolição ilustram o temor à “barbárie” e à “denegerescência” eminentes com a liberação de milhões de negros nas cidades.

O capitalismo nascente no país vislumbra o progresso e, por conseguinte, a formação da sociedade de classes estrutura o ordenamento das relações sociais, que se desenvolvem sob ideários de valorização da brancura (DÁVILA, 2006), almejada e governamentalmente planejada, com os processos imigratórios de trabalhadores europeus, os quais subjetiva e objetivamente passam a acessar direitos e privilégios, negados às pessoas negras e não brancas.

Na contemporaneidade a valorização da condição de ser branco ainda estrutura as relações sociais hierarquizando-as, a partir das características fenotípicas e genotípicas dos povos. Cabe pensar nos modelos de beleza vigentes nas mídias, como televisão, cinema, revistas - pessoas brancas, magras, loiras, olhos azuis - dominam (não somente no Brasil) a concepção do ser belo. A mudança desse padrão vem ocorrendo, ao nosso ver, ainda lentamente.

Nesse contexto pode-se compreender como a ocorrência de “falhas” (HAMILTON, CARMICHAEL, 1967) direcionadas às pessoas negras, dentro das instituições governamentais, privadas, religiosas conseguem discriminá-las, excluí-las, prejudicá-las com a devida precisão, que resulta em dados objetivos das desigualdades sociais, econômicas, educacionais. Em suma, o racismo como teoria que distingue e hierarquiza as raças humanas consolida-se em práticas interpessoais e institucionais, quando a discriminação - (ato) resultante de pré-noções, preconceitos e estereótipos inerentes ao racismo estrutural - ocorre.

(...) poder-se-ia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. (...), a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. (GONZALEZ, 2021, p.117).

Assim, as pessoas negras e não brancas vivenciam o racismo estrutural, manifestado cotidianamente, de forma institucional e interpessoal, em incontáveis exemplos, como quando são preferencialmente excluídas do acesso ao mercado de trabalho; têm a sua ascensão e mobilidade de classe impedidas; experienciam a demonização, depredação e/ou ridicularização das suas práticas religiosas de matriz africana; são alvo preferencial da abordagem e violência das forças policiais, mesmo sem envolvimento com o crime; não acessam referências históricas, educacionais, artísticas, tecnológicas e culturais de origem negroafricana e indígenas, devido ao apagamento e/ou epistemicídio institucionalizado na produção e reprodução do conhecimento.

Enfim, o racismo estrutural não deve e nem pode ser naturalizado na sociedade por compor o processo histórico da formação do país e, por isso, seria algo difícil de se enfrentar e mudar. Ao compreendermos a sua manifestação e isso inclui a sua contextualização sociocultural, podemos identificar as práticas racistas que ocorrem/decorrem nas relações institucionais e interpessoais. O enfrentamento qualificado demanda conhecimento legislativo, o que, no Brasil, restringe-se a poucos indivíduos que, ao longo da história nacional buscaram mobilizar-se em prol de seus direitos, ou melhor, pela cidadania do povo negro.

Jornalistas negros e o reconhecimento das Mulheres Negras

O desconhecimento da história da população negra permanece, mesmo quando a legislação - também fruto da luta do ativismo social - garante o direito ao seu conhecimento. A data do aniversário de nascimento do “velho militante”, como ficou conhecido o jornalista José Correia Leite (foto 3) - 23 de agosto de 1900 - foi lembrada/mencionada no lançamento do vídeo Vozes Negras por Palmares (MALACHIAS, 2020), primeiro evento público do CDINN, como “ação educativa de combate ao racismo” (BRASIL, 2004).

Foto 3 - José Correia Leite em 1 de janeiro de 1927 e, em sua residência, em 1989.



Fonte: José Correia Leite (JCL) jovem - Domínio Público – disponível em Wikimedia Commons. File:José Correia Leite 2.jpg[José_Correia_Leite_2] – Fonte: JCL idoso Literafro UFMG <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1391-jose-correia-leite> - Acesso: 1 de agosto de 2020.

Esta efeméride precisa integrar o conteúdo dos cursos da educação básica, formação de professores(as) e os cursos universitários de Comunicação e Jornalismo (MALACHIAS, 2016). Justificamos essa sugestão com o terceiro princípio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-racial, Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana - “Ações Educativas de Combate ao Racismo” (BRASIL, 2005), que recomenda:

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, (...), com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyr Falcão dos Santos, entre outros). (BRASIL, 2004, p.22).

Os nomes acima, em negrito, foram didaticamente escolhidos para atender o referido princípio das Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2004).

Correia Leite teve uma infância pobre. Trabalhou desde menino, mas gostava de aprender e apesar das dificuldades, sempre persistiu tornando-se autodidata. Lia jornais diariamente e com a ajuda de seu amigo de infância, Jayme Aguiar⁶, que reencontrou na vida adulta, desenvolveu a habilidade da redação.

(...) Embora ambos participassem do associativismo negro, o primeiro [C. Leite] respirava ativismo político e popular, escrevendo mais artigos assertivos, organizando eventos e ações coletivas, além de se engajar na formação de entidades em defesa dos “homens de cor”, ao passo que o segundo [J. Aguiar] era mais literato, auto identificava-se como “poeta” (...) (DOMINGUES e REIS, 2020, p. 15).

Juntos, fundaram em 1924 o jornal “O Clarim”, que depois teve o título mudado para “O Clarim da Alvorada” tendo a maior longevidade dentre uma dezena de outros jornais, que compõem a história da Imprensa Negra Paulista do início do século XX.

Em 2 de agosto de 1912 nasce, na cidade de Salvador, Bahia, outro intelectual afro-brasileiro - Edison de Souza Carneiro, etnólogo, estudioso da história e cultura dos negros no Brasil, escritor, folclorista e articulista atuante na imprensa baiana, foi membro do Partido Comunista. É autor do texto Situação do Negro no Brasil (1935), pioneiro na abordagem marxista no então iniciante estudo das Relações Raciais no país.

E o que ambos - Correia Leite e Edison Carneiro - têm a ver com o tema Mulheres Negras e Interseccionalidades?

No período após a abolição, a Imprensa Negra Paulista se multiplicou (FERRARA, 1985) e as dificuldades financeiras da população negra recém liberta era uma realidade. A ajuda comunitária foi decisiva para a sobrevivência de algumas publicações e conforme o relato do próprio Correia Leite (CUTI, 1992), graças ao apoio das mulheres negras, que trabalhavam como cozinheiras ou domésticas e recebiam salário fixo, o Clarim da Alvorada pôde ser impresso.

Em 1938, Edison Carneiro apresentou o seu conhecimento sobre a participação africana e afro-brasileira na cultura do país à antropóloga estadunidense Rita Landes, autora do livro “A Cidade das Mulheres”, no qual as Yalorixás da cidade de Salvador, Bahia, são as principais personagens. Ao acompanhar Landes, auxiliando-a, Carneiro favoreceu a ampliação de uma perspectiva crítica, que abordava as desigualdades sociais e econômicas, vicenciadas pelos negros brasileiros e a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana constantemente invadidas por ações policiais. Carneiro demonstrou a falácia do mito da

democracia racial, já propagado internacionalmente e, segundo a antropóloga Mariza Corrêa, ao analisar os cultos afro-brasileiros, a obra de Landes expôs uma fratura de gênero, ainda atual, visto que apresenta

a narrativa sobre as vicissitudes das mães nagô na Bahia - lutando para estabelecer um padrão cultural, em oposição à poluição que elas viam representada nos cultos caboclos (...) A visão corrente - não obstante todas as evidências empíricas registradas nos trabalhos de Nina Rodrigues e seus seguidores - era a de que a dominação masculina, vigente na sociedade brasileira como um todo era também vigente nos cultos afro-brasileiros (CORRÊA in LANDES, 1967, p.15).

No final dos anos trinta do século XX, a pesquisa demonstrou que a liderança nos cultos caboclos era formada por homossexuais. Porém, o título do livro publicado em 1947 sintetiza o que as próprias protagonistas reivindicavam: a liderança dos terreiros nagô pertencia às Yalorixás de Salvador, “A Cidade das Mulheres”.

Quando o velho militante Correia Leite tinha 63 anos de idade, outro ativista negro, o estadunidense Martin Luther King Jr (1929-1968) proferiu o seu discurso mais famoso contra o racismo – *I have a dream*/Eu tenho um sonho. Era 28 de agosto de 1963. Prêmio Nobel da Paz, Luther King foi imortalizado por sua liderança pacífica contra o racismo. Porém, muito do que se aprendeu sobre ele, sua vida e legado foi resultado do trabalho de sua politizada esposa Coretta Scott King (1927-2006), musicista e feminista afroamericana, que fundou, em 1968, o *Martin Luther King Jr Center for Nonviolent Social*.

Para a autora Linda Barret Osborne (2006), a luta pelos direitos civis da população afroamericana foi estruturada pelo trabalho e articulação comunitária das mulheres negras, que não aparecem como líderes. A autora apresenta registros fotográficos da imprensa norteamericana, nos quais a mobilização feminina foi retratada. Mães chorando pelo assassinato de seus filhos; passeatas, reuniões, majoritariamente compostas por mulheres negras e um número menor de mulheres brancas judias. Para Osborne, os direitos civis foram alcançados como resultado dessa organização coletiva feminina, mas ainda assim, os líderes referidos na história e nas mídias foram os homens.

A socióloga afroamericana Patrícia Hill Collins corrobora com essa crítica ao dizer:

A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas também na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. (COLLINS, 2019, p.6).

Na citação do princípio “Ação Educativa de Combate ao Racismo” (BRASIL, 2004) negritamos os nomes de duas mulheres negras: Antonieta de Barros (1901-1952), que foi a

primeira mulher brasileira (e negra) eleita deputada estadual em 1934 e Lélia Gonzalez (1935-1994), antropóloga, filósofa, cientista social e comunicadora. Ambas merecem menção, pois suas vidas se relacionam ao tema principal do artigo. Barros e Gonzalez exemplificam o protagonismo das mulheres negras na história do Brasil e a consciência da participação política como ato de mudança. Barros compôs o movimento sufragista (direito ao voto feminino) e se candidatou na primeira eleição aberta às mulheres. Lélia Gonzalez foi a primeira mulher negra a integrar o Conselho Nacional da Mulher, além de ser formuladora do feminismo negro no Brasil.

Foto 4 – Antonieta de Barros, jovem.



Fonte: Antonieta de Barros. Acervo Memória Política de Santa Catarina - ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros - Acesso: 1 de agosto de 2020.

Cada uma, a seu modo, se apropriou do uso reflexivo das mídias de sua época. Antonieta de Barros redigiu artigos, discursos, contos, nos quais assinava com o pseudônimo Maria da Ilha. Lélia Gonzalez, além de ativista e docente universitária, atuou como scholar internacional na difusão científica do seu pensamento viajando mundo afora, além de ser personagem central de registros filmicos, ou seja, vídeos nos quais responde, opina, com propriedade intelectual, sobre temas contemporâneos.

Em seu livro “Lugar de Negro”⁷, Lélia Gonzalez salienta a necessidade de se compreender o avanço do capitalismo no mundo e no Brasil, a partir de 1964, quando os militares chegam ao poder. Nesse período, outros países do continente sul-americano, como Bolívia, Argentina, Chile e Uruguai também vivenciam o cenário repressivo das ditaduras militares. Gonzalez explica como a política econômica, que seria denominada de “milagre brasileiro” favoreceu o surgimento da “Dívida Externa” ao estabelecer “uma “Tríplice

Aliança”, ou seja, o casamento entre o estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional” (GONZALEZ, 1982, p.12).

Foto 5 – Lélia Gonzalez, por Cezar Loureiro, em 1984.



Fonte: – Domínio Público: Lélia Gonzalez – por Cezar Loureiro - https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/L%C3%A9lia_Gonzalez_by_Cezar_Loureiro.jpg – Acesso: 1 de agosto de 2020.

Assim como a filósofa afroamericana Angela Davis, que escreveu sobre a relação entre as categorias Mulheres, Raça e Classe; Gonzalez apresenta-nos como, no Brasil, o sistema econômico focado no desenvolvimento capitalista orientou e promoveu políticas de exclusão, violência e racismo.

O golpe militar de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam, “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, então, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado de um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “pacificação” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entenda-se repressão (GONZALEZ, 1982, p.11).

Na dinâmica transcultural do tempo, uma parcela da intelectualidade da esquerda brasileira acompanhava o que acontecia mundo afora. Inclusive, a juventude negra ativista, que estava atenta ao processo revolucionário cubano (1959) e, sobretudo, buscava informação sobre as lutas pela descolonização dos países do continente africano. O Brasil começava a se familiarizar com as idéias do filósofo martinicano Frantz Fanon (1925-1961), autor de “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1952) e do impactante “Os Condenados da Terra” (1961). Um pouco antes da morte prematura de Fanon, o casal de filósofos franceses, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, chega ao Brasil.

(...) entre agosto e setembro de 1960, Sartre e Beauvoir chegam ao Rio de Janeiro, para promover a solidariedade internacional necessária para sustentar a revolução cubana e a guerra de libertação da Argélia. (...) A sua peregrinação à China, a Cuba e ao Brasil tinha claramente um caráter militante. “O colonialismo é um sistema que nos infecta com seu racismo”, escrevera Sartre, em 1956. (GUIMARÃES, 2008, p.100).

Nas décadas seguintes, os militares brasileiros investem no avanço dos sistemas de comunicação via satélite e as redes de televisão começam a crescer trazendo para o contexto nacional, os produtos enlatados da indústria cultural norte americana. Como um processo já anunciado no período da segunda guerra mundial, pelos teóricos da escola de Frankfurt⁸, a influência da mídia na vida das pessoas se amplia. A teoria crítica frankfurtiana compõe análises que inferem a razão iluminista e o pensamento de Marx aproximando-os de temas e parâmetros ainda não pensados na época com tal densidade, como o cinema, a arte e a imprensa. Não é à toa que as Ciências da Comunicação, jovem área do conhecimento, nascida nesse período, por muito tempo adota o pensamento frankfurtiano como referencial teórico. A escola norteamericana do *Mass Communication Research*⁹, contemporânea à de Frankfurt desenha e aprofunda o esquema emissor–mensagem–receptor (E-M-R), porém, ao longo do tempo, recebe contestações, tanto dos Estudos Culturais britânicos em desenvolvimento na recém criada escola de Birmingham (1964), Reino Unido, quanto de autores da escola Latinoamericana, que estão, sob ditaduras militares, identificando e aprofundando as interfaces dos campos da Educação e Comunicação, inclusive trabalhando com os movimentos sociais nas igrejas, no campo, nas periferias.

Em tempos de ditadura, a educação popular ou comunitária apropria-se da Comunicação como extensão e fonte de acesso e difusão do conhecimento. Assim, o educador brasileiro Paulo Freire e o jornalista argentino, radicado no Uruguai, Mário Kaplun, com outros autores do sul inovam e semeiam o solo de um novo campo: a Educomunicação. Dialeticamente, em outro

continente, autores de Birmingham, como Raymond Williams e Stuart Hall, salientam a relevância dos contextos histórico, cultural, econômico, geográfico, ideológico para os estudos literários, artísticos, midiáticos favorecendo a realização de análises de conteúdo e estudos de recepção como metodologias, que extrapolavam o esquema E-M-R, na definição da comunicação. As mediações acontecem de forma crítica, pois quem cria ou ouve a mensagem, também reflete, pensa, contesta conteúdos.

Mulheres Negras - por uma “outra” e “nova” razão.

O imperialismo capitalista amplia o parque industrial brasileiro. A construção civil e as montadoras automobilísticas empregam mão de obra barata, majoritariamente negra (GONZALEZ, 1982, p. 14). Nos Estados Unidos (EUA), um evento específico contribuiu para a formulação do conceito de interseccionalidade pela advogada e cientista social, Kimberle Crenshaw.

As desigualdades históricas vivenciadas pelas populações negra e indígena, assim como pelas mulheres contribuíram para a sua mobilização social e global, em busca do acesso aos direitos humanos. Nos EUA, as práticas de contratação excludentes da montadora General Motors, indústria automobilística historicamente segregada por raça e gênero, motivaram as mulheres afro-americanas a mover uma ação contra a empresa, na qual as mulheres brancas só podiam trabalhar em cargos de front office (recepção); os homens afro-americanos estavam limitados aos trabalhos industriais pesados, na linha de produção. O problema para as mulheres afro-americanas era ainda mais agudo porque não conseguiam trabalho nem na recepção, nem na fábrica. Esta exclusão foi motivo de uma ação judicial (1976), na qual as mulheres negras argumentaram que foram claramente discriminadas com base na raça e no gênero. Apesar das evidências, o tribunal rejeitou o caso porque nem as mulheres brancas nem os homens afro-americanos foram excluídos da mesma forma.

Kimberle Crenshaw relata ter pensado sobre o porquê dessa "grande falha" ter acontecido dentro de uma estrutura complexa da lei antidiscriminação e disso nasceu a interseccionalidade. (CRENSHAW, 2009, p.4).

No Brasil, as cronologias dos movimentos negro e o de mulheres evidenciam a passagem da denúncia para a fase propositiva de políticas públicas, mas também ilustram o quanto as pautas reivindicativas se internacionalizaram¹⁰. Neste sentido, juntamente com a perspectiva política, a cultura foi utilizada como instrumento mediador entre as reivindicações

e a conquista dos direitos. Um exemplo dessa mobilização foram os encontros feministas que ocorreram nos anos oitenta e que prepararam as mulheres para incidirem, na década seguinte, nas conferências da População (1994); da Mulher (1995); contra o Racismo (2001) realizadas pela Organização das Nações Unidas.

A cidade de Bogotá, Colômbia, foi sede do 1º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho (EFLAC), em 1981. Lá, o 25 de novembro se tornou o dia Internacional de la Eliminación de la Violencia contra la Mujer. Neste texto mencionamos algumas personalidades e eventos ligados ao histórico das Mulheres Negras, com ênfase no mês de agosto. Portanto, há 36 anos, os conceitos de gênero, sexualidade, diversidade... pautaram o 3º EFLAC ocorrido na cidade brasileira de Bertioga, Baixada Santista, São Paulo. Entre os dias 31 de julho e 04 de agosto de 1985, mais de 800 participantes fizeram história.

A Comissão Organizadora adotou uma metodologia construída democraticamente pelas participantes (...) Prevaleceram oficinas, manifestações culturais, debates temáticos, performances e comemorações, sem deixar de lado a realização de plenárias. Um tema que se tornou central na pauta foi o da diversidade entre as próprias feministas, além de outros como violência, comunicação e a arte, racismo, trabalho sexual, lesbianidade, relações de trabalho, aborto, autogestão e financiamento. (CFEMEA, 1985).

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras acontece em 1988, ano do Centenário da Abolição da Escravidão e da promulgação da Constituição Cidadã, após 21 anos de ditadura militar. Cerca de 450 mulheres negras, oriundas de 17 estados brasileiros ocuparam a cidade de Valença, Bahia. Obviamente ali se concretizou, na prática, algo que já havia acontecido nos Estados Unidos com o nascimento do movimento Women of Color, formado por negras, latinas, chicanas, trabalhadoras, cujas pautas se diferenciavam da agenda idealizada pelo feminismo branco composto por mulheres das classes média e alta - a cisão interseccionada por questões de classe, raça e gênero.

As ‘patroas’ não queriam conversar de igual para igual com as ‘empregadas domésticas’. Porém, as mulheres negras não estavam pedindo permissão (MALACHIAS, 2021). Afinal, “Numa sociedade racista, sexista, marcada por profundas desigualdades sociais, o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais?” (BAIRROS, 1995, p.458). As mulheres negras, responde bell hooks (2018, p.53), “conheciam melhor do que suas companheiras com privilégio de classe, de qualquer raça, os custos da resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas sabiam o que significava lutar para mudar a situação econômica de alguém”. Outra resposta direta às feministas brancas - “patroas” – foi dada por Lélia Gonzalez sobre a legitimidade da emoção e da agressividade discursiva das

amefricanas , pois quando existe “uma outra razão”; “uma nova razão” (GONZALEZ, 1979, p.15) há que se lutar por isso.

Sem dúvida, o acesso à educação (ensino superior) e à saúde pública (Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher - PAISM) foram demandas sociais centralizadas como prioritárias ao ativismo numa perspectiva nacional. Entretanto, a mobilização das mulheres negras acompanha a agenda internacional das Nações Unidas, suas conferências e pautas que extrapolam as fronteiras locais. Um exemplo relevante foi a participação ativa na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Segundo a filósofa Sueli Carneiro,

A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e a discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas, destaca-se a Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país. (...) Em sua declaração inicial, a Articulação alertava para as múltiplas formas de exclusão social a que as mulheres negras estão submetidas, em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. (CARNEIRO, 2000, p.210).

Entrementes, o caminho tem sido longo. A criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, se deu em ato de protesto contra a morte do jovem Robson da Luz, torturado e assassinado por policiais na cidade de São Paulo. Dados estatísticos apurados no século XXI evidenciam que, se por um lado há mais negros nas universidades, as desigualdades econômicas entre brancos e negros se ampliaram. No que tange ao direito à vida, os Mapas e os Atlas da Violência (2010...2021) registram simultaneamente o aumento das mortes de jovens negros do sexo masculino, na faixa etária entre 14 e 23 anos. As mulheres (brancas e negras), por sua vez, são alvo da violência doméstica e feminicídios cometidos por parceiros (maridos, noivos, namorados ou membros da família). Porém, 66% das mulheres assassinadas no país são negras. (Atlas da Violência, 2021).

40 anos após o protesto e fundação do MNU, em 14 de março de 2018, Marielle Franco, vereadora negra, moradora da comunidade da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, bissexual e defensora dos direitos humanos foi assassinada juntamente com o motorista que a levava para casa, Anderson Gomes. 45 dias após a morte de Marielle (cuja investigação ainda não apurou quem mandou matá-la), Matheusa Passareli, aluna do curso de Artes da UERJ, negra, não binária foi também brutalmente assassinada no Rio de Janeiro por um traficante, que confessou o crime.

As denúncias contra a violência nunca cessaram e se aprimoraram nas últimas décadas, após o reconhecimento governamental de que o racismo compõe a estrutura da sociedade brasileira dando materialidade ao pensamento contemporâneo do filósofo Achiles Mbembe, que denomina de necropolítica, a escolha do estado de quem deve viver e de quem deve morrer. (MBEMBE, 2016).

As assimetrias entre as pessoas brancas e negras também aumentaram, em detrimento dos negros, com o início da pandemia do vírus Covid 19. Dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que os negros (pessoas que se autodeclararam como sendo pardas e pretas) são as que mais se contaminaram e morreram pelo corona vírus em 2020. A cada dez pessoas, que relataram mais de um sintoma da Covid-19, sete eram pretas ou pardas, fato que decorre das desigualdades sociais (IBGE, 2019), como habitação precária, que dificulta o distanciamento; falta de saneamento básico, água potável; uso de transporte público lotado, dentre outros fatores já conhecidos, que se interseccionam, como o aumento dos casos de violência doméstica no período de confinamento¹¹.

A realidade contemporânea das desigualdades já compunha, como visto anteriormente, a teorização de Lélia Gonzalez que, como Angela Davis, não separava as categorias de classe, raça e gênero relacionando-as ao que Kimberle Crenshaw, no escopo da teoria crítica da raça, denominará de “interseccionalidade”.

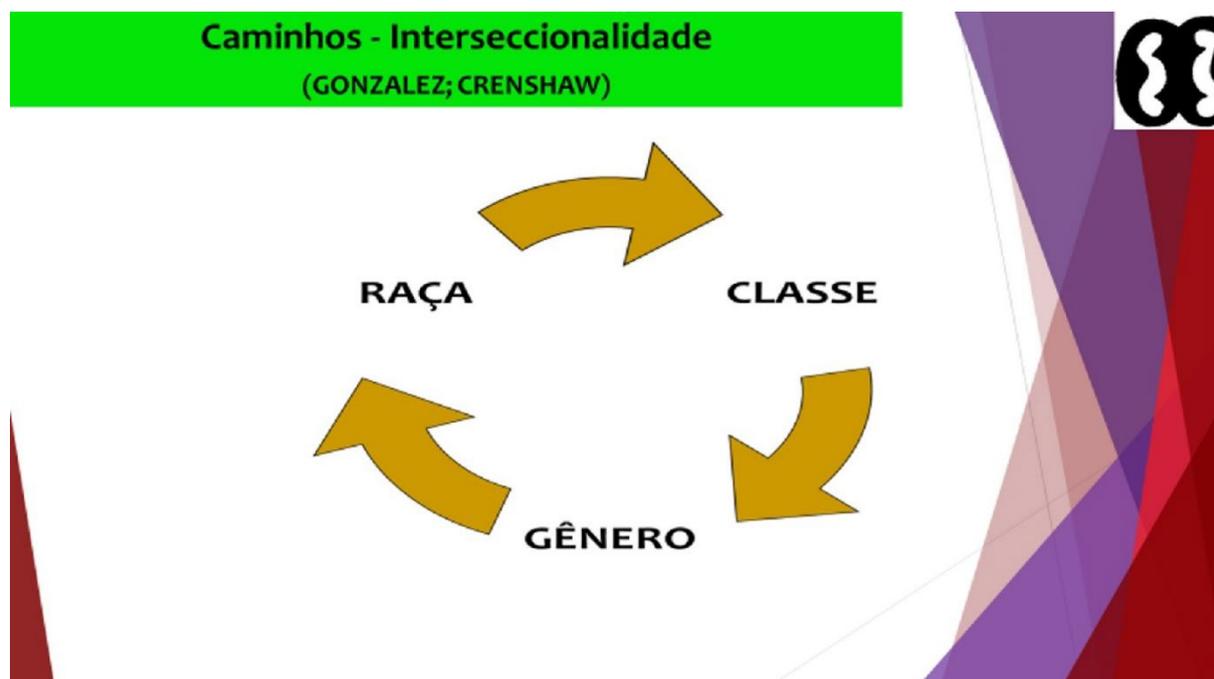
A interseccionalidade é um conceito que nos permite reconhecer o fato de que a percepção de pertencer a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a várias formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar a maneira específica como cada um de nós vivencia esse preconceito. Por exemplo, homens e mulheres muitas vezes podem vivenciar o racismo, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras diferentes, e assim por diante. Como resultado, uma abordagem interseccional vai além da análise convencional para focar nossa atenção em lesões que, de outra forma, poderíamos não reconhecer. (CRENSHAW, 2009, p.3)¹².

Em seu texto, Crenshaw utiliza a clássica e matemática representação da figura com quatro círculos interseccionados para ilustrar as múltiplas formas de preconceito e discriminação, que demandam enfrentamento, a partir de políticas públicas de advocacy para o alcance da justiça social. Não a reproduzimos, pois pode demandar direitos autorais.

Sem discordar dessa representação acima descrita, em minhas palestras, tenho optado pelo uso de um slide (Figura 2) com a imagem de vetores, que circulam, indicando movimento, deslocamento das identidades (HALL, 2006) e a impossibilidade, em alguns casos específicos, de apontar qual categoria demarcadora da diferença motivou a desigualdade; embora, seja necessário frisar, no que se refere a gênero, as mulheres negras permanecem no topo do ranking

da violência, como vítimas e na base da pirâmide socioeconômica, como as que recebem menores salários.

Figura 2 – Slide com vetores que circulam e se deslocam.



Fonte: Slide da autora. Arquivo pessoal

Diálogos finais

Agradeço a quem chegou até aqui mantendo a expectativa deste texto ter conseguido apresentar ações reflexivas de combate ao racismo, que possam compor conteúdos da Educação Básica e/ou inspirar pesquisas de diferentes níveis, a fim de aprofundamento dos temas e personagens.

Iniciamos saudando a Ancenstralidade – sintetizada nas figuras da artista plástica Zul+, uma mulher negra que poderia ser anônima, mas a sua fé e a arte expressas em centenas de telas transformaram-na em ativista. E por falar em ativismo, no início do século XX, o velho militante Correia Leite e o intelectual Édison Carneiro atuaram como jornalistas e reconheceram o protagonismo das mulheres negras, em momentos e por razões diferentes. Protagonismo político, pois em 1934 a professora, filha de uma lavadeira foi eleita a primeira deputada estadual do Brasil, em Florianópolis, Santa Catarina. Antonieta de Barros fez do ofício da educação a sua ‘arma’ para a emancipação das mulheres e dos pobres. Um ano após a sua

eleição, em 1935, nasce em Minas Gerais, a menina Lélia, que como muitas pessoas negras aprendeu a embranquecer para ser aceita. Porém, as leituras e sua criticidade revolucionaram a vida de Lélia Gonzalez, cuja consciência negra, passa a ser compartilhada em artigos e palestras ministradas no continente africano e nos Estados Unidos. Lá, nos EUA, o legado do líder Martin Luther King Júnior se mantém pela organização do acervo de sua vida feita por Coretta S. King, esposa e ativista. King Jr foi assassinado em 1968. 50 anos antes dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e da estudante de artes Matheusa Passareli, em 2018.

Marielle mulher negra, bissexual. Matheusa, identificava-se como não binária, nem mulher, nem homem. Marielle desenvolvia um trabalho em prol dos direitos humanos, contra o racismo e o sexismo. A sua morte não foi ainda resolvida, pois “não se sabe” quem mandou matá-la. O crime cometido contra Matheusa foi solucionado após a confissão do assassino, que atirou na jovem. O assassino disse que Matheusa participava de uma festa estudantil e, alcoolizada, teria tentado desarmá-lo. Esta ação o fez atirar nela com um fuzil. Posteriormente esquartejou o corpo da estudante para tentar ocultar o cadáver. “A carne mais barata do mercado, a carne negra”¹³.

A mídia impressa, televisiva e as redes sociais estamparam manchetes e reportaram ambos os casos. O que nos chama a atenção, numa perspectiva educomunicativa, que demanda a leitura crítica dos conteúdos publicados/divulgados é a manifestação do ódio em relação a essas mulheres negras, acrescidamente por sua orientação sexual. Cabe novamente frisar, que os feminicídios, a agressão e morte de pessoas LGBTQIA+ colocam o Brasil nos primeiros lugares desse tipo de violência, porque essas vidas não importam, para quem as mata. Os comentários jocosos publicados sem filtro nas redes sociais impressionam, pois anunciam em si a exacerbação do racismo (lembrando que a legislação no país foi mudada configurando o ataque a pessoas LGBTQIA+ como crime¹⁴ de racismo) em seus diferentes níveis - estrutural, interpessoal, institucional.

A “Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”, em 2015, levou a Brasília milhares de vozes proclamando pautas de interesse e direitos coletivos, como: o direito à vida; à igualdade racial; ao trabalho, emprego e à proteção laboral; à terra e à moradia; à justiça ambiental; à seguridade e previdência social; à educação; justiça; à segurança pública; à cultura, informação e à comunicação. Ações como a marcha são educomunicativas em seu processo organizativo, democraticamente gestado e se constituindo em espaço para interação e formação do público participante e seguidor.

Nos interessa (no Núcleo de Pesquisa AFRODIÁSPORAS) a pauta alusiva ao acesso à “cultura, informação e comunicação”. Dentre as pesquisas realizadas, focamos jovens mulheres negras que produzem conteúdos no YouTube (SILVA, 2018) tanto como por influenciadoras(es) digitais, quanto como videomakers individuais e as que filmam em coletivos (BALBINO, 2020). Sob o viés transdisciplinar, o letramento antirracista perpassa as manifestações artísticas favorecendo a consolidação da educação não formal.

Do/no Orun (onde a ancestralidade habita) Marielle Franco e Matheusa Passareli assistem às manifestações do ativismo, como, por exemplo, a restauração do “Mural¹⁵ Nossos Passos Vêm de Longe”, pintado no centro da cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, em homenagem a mulheres negras líderes. Em junho de 2021, o mural foi depredado por um homem branco, não identificado que, segundo o depoimento de testemunhas, jogou proposadamente tinta branca nos rostos das mulheres homenageadas. Em seguida entrou no carro e fugiu do local sem ser preso. A inauguração do mural estava agendada para o 25 de julho, data consagrada pela ONU, como dia da Mulher Negra Afrolatinoamericana e Caribenha.

Interpretamos o ataque à obra como uma retaliação à propagação da história da população negra e imposição da branquidade como padrão de normalidade e manutenção das desigualdades vigentes, visto que as homenageadas atuam e/ou atuaram na luta por direitos humanos, contra o racismo e a intolerância religiosa.

Os artistas refizeram todo o trabalho. A homenagem aconteceu na data prevista e na imprensa hegemônica (surpreendentemente para quem não lê as mídias de forma crítica e educacional), as notícias demonstraram repúdio ao ataque, identificado como “racismo estrutural”. Nossa ironia refere-se ao fato de que, por muito tempo, a agenda antirracista como pauta relevante da grande imprensa prescindiu da pluralidade de opiniões. porém a mudança tem ocorrido e precisa ser relatada.

Nas redes sociais, fotos do mural vandalizado ladeavam com as imagens do mural refeito, numa nítida demonstração da resistência contínua contra o racismo. Se os passos das mulheres negras vêm de longe, outro jargão ainda vigente no Brasil é: “a luta continua”.

Referências

- ALMEIDA, Virítiana Aparecida de SOUZA, Nelson Rosário de. Trajetória dos argumentos sobre as ações afirmativas: da marcha Zumbi dos Palmares à conferência de Durban. In: v. 1, n. 2, ago. 2013 - ARTIGOS. <https://revistas.ufpr.br/scslpr/article/viewFile/64772/37699> Acesso: 13 de setembro de 2021.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. *Revista Afro-Ásia*, n. 23, p. 1-21, 2000. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990/13591> Acesso em 05 de janeiro de 2020.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados - In: *Estudos Feministas* No. 2. 1995. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034> - Acesso: 20/08/2021.
- BALBINO, Teresa Cristina Santos. O cinema educativo da Baixada Fluminense: Análise da trajetória da videomaker Lu Brasil e o cineclube Xuxu ComXis. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia (Orientadora: Rosângela Malachias) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.
- BRASIL – CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF, outubro de 2005.
- CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. *Black Power: The Politics of Liberation in America*. New York: Vintage, 1967.
- CARNEIRO, Sueli. A Batalha de Durban – *Revista Estudos Feministas*, 2000^a. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/?format=pdf&lang=pt>
- CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Inclui Bibliografia. 1. Violência. 2. Segurança Pública. 3. Políticas Públicas. 4. Brasil. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf> – Acesso: 10 de setembro de 2021.
- CRENSHAW, Kimberle. A primer on Intersectionality - African American Policy Forum at Columbia University and Vassar College and the Global Affirmative Action Praxis Project (GAAPP), a project that was born at UCLA School of Law through the leadership of Prof. Kimberle Crenshaw, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, 2016, p. 99-127].
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- CONCEIÇÃO EVARISTO. “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. Entrevista feita por Tayrini Santana e Alecsandra Zapparolli. In: *Itaú Cultural - Polo de Desenvolvimento Educacional* - 9 de novembro de 2020. <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> - Acesso: 10/11/2020
- D’AMBRÓSIO, Ubiratan. *Transdisciplinaridade*. São Paulo, Palas Athena, 1997.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura*. Política Social e Racial no Brasil 1917-1945. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução do original em inglês *Women, Race & Class* (Nova York, Random House, 1981; Vintage, 1983). São Paulo, Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio; REIS, Ruan Levy Andrade. *Bardos, Penas e Armas: A Produção Literária na Imprensa Afro-Brasileira*. In: LITERATURA E SOCIEDADE, nº 32, p. 148-170, JUL/DEZ 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i32p148-170> Acesso: 22 de outubro de 2021.
- FERRAZ, Daniel de Melo; TOMAZI, Micheline Mattedi; SESSA, Ariel. As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. In: *Rev. Bras. Linguíst. Apl.*, v. 19, n. 4, p. 927-958, 2019.
<https://www.scielo.br/j/rbla/a/SwT6mnZjYLn7zTXKdMWfJck/?lang=pt&format=pdf> - Acesso: 15 de outubro de 2021.
- GONZALEZ, Lélia. *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*. In: *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista [livro eletrônico] / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva. -- Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. -- (Coleção marxismo21) PDF.*
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos A. *Lugar de Negro*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.
- HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo* [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras - tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- IMPRESA NEGRA. Biografias – Jayme Aguiar. In: CEDAP, Unesp, Assis, 2008 - http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_imprensa_negra/biografias/jayme_aguiar.html - Acesso: 13 de outubro de 2021.
- LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. Revisão e Notas de Édison Carneiro. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Editora UFRJ, 1967, 2a edição.
- LEITE, José Correia. *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organizado por Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- MALACHIAS, Rosângela; LAUDINO, Laudilea Aparecida de Lourdes and BALBINO, Teresa Cristina dos Santos - Black Women Leading Education for Social Justice in the Region of Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. PERSPECTIVE article - *Front. Educ.*, 23 July 2020 | <https://doi.org/10.3389/educ.2020.00085>
- MALACHIAS, Rosângela. Coisa de Preta. Relato de Pesquisa. In: *Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo / organizado por Monica Martinez, Claudia Lago, Laura Storch*. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2018.
- MALACHIAS, Rosângela. Diálogos pedagógicos: Práticas educomunicativas e uma epistemologia afrobrasileira na formação docente e gestora no município de São Paulo. *Revista FSA*, Teresina, v.11, n.4/art.3, p.39-64, out/dez. 2014 Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/623/373> Acesso em: 10/09/2021
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo, SP: n-1 edições, 2016.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

OSBORNE, Linda Barret. *Women of Civil Rights Movement - Pomegranate Communications, Incorporated – Library of Congress*, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf – Acesso: 01/08/2021.

SERVIAT, Pedro. *El problema negro en Cuba y su solución definitiva*. La Habana, Editora Política, 1986.

SILVA, Miriam Conceição Carvalho da. *Educação Não Formal: o protagonismo de mulheres jovens negras no Youtube*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia (Orientadora: Rosângela Malachias) apresentado à Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

¹ Escrita originária da África ocidental, mais precisamente, Gana e o povo Asante, composta por símbolos filosóficos. Para saber mais, acesse o site do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO) fundado pelo intelectual negro Abdias Nascimento (1914-2012). Link: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/imagens/adinkra/>

² Em 02 de julho de 1996, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e estudioso da escravidão no Brasil discursou no seminário internacional - Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos reconhecendo a existência de racismo no Brasil.

³ De acordo com a ONU Mulheres, o Brasil ocupa a 5ª posição mundial no assassinato de mulheres. atrás de El Salvador (1o.); Colômbia (2o.); Guatemala (3o.) e Rússia (4o.).

⁴ Sugerimos a leitura de duas historiadoras negras: QUINTÃO, Antonia Aparecida; REGINALDO, Lucilene. Ambas pesquisaram Irmandades Negras.

⁵ Cronologia das abolições no Caribe e nas Américas: Haiti (1790); Santo Domingo Español (1801); México (1829); Colômbia (1851); Urugay (1853); Venezuela (1854); Perú (1855); Argentina (1864); Cuba (1886) y, por último, en Brasil (1888). (SERVIAT, 1986, p.56-57).

⁶ Jayme Aguiar, ao contrário de José Correia Leite, teve acesso à educação formal. Nasceu em uma família alforriada; cursou o Colégio Coração de Jesus, na cidade de São Paulo, graças à proteção da família Paula Souza, da elite cafeeira. Formou-se contador, mas trabalhou como datiloscopista. (DOMINGUES e REIS, 2020, p.14). Porém, a sua grande paixão era a escrita de poemas.

⁷ Escrito em parceria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg (1942-2014).

⁸ Teóricos alemães da Escola de Frankfurt: Theodor Adorno (1903-1969); Max Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979), Walter Benjamin (1892-1940), Jürgen Habermas (1929) e outros.

⁹ Teóricos: sociólogo austríaco Paul Lazarsfeld (1901-1976); o cientista político estadunidense Harold Lasswell (1902-1978); o sociólogo estadunidense Robert King Merton (1910-2003).

¹⁰ 1981 - 1º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho (EFLAC) - Bogotá, Colômbia - 1983 - 2º EFLAC, Bosque, Peru - 1985 - 3º EFLAC - Bertioga, Brasil - 1987 - 4º EFLAC - Taxco, México - 1990 - 5º EFLAC - San Bernardo, Argentina - 1993 - 6º EFLAC - Costa del Sol, El Salvador - 1996 - 7º EFLAC - Cartagena, Chile - 1999 - 8º EFLAC - Juan Dolio, República Dominicana - 2002 - 9º EFLAC - Playa Tambor, Costa Rica - 2005 - 10º EFLAC - São Paulo, Brasil - 2009 - 11º EFLAC - Cidade do México - México - 2011 - 12º EFLAC - Bogotá, Colômbia - 2014 - 13º EFLAC - Lima, Peru - 2017 - 14º EFLAC - Montevidéu, Uruguai - devido à pandemia do vírus Covid 19, o 15º EFLAC, agendado para ocorrer novamente em El Salvador em 2020 foi reagendado para 2021, segundo vídeo institucional do evento publicado na plataforma Facebook. [<https://www.facebook.com/15EFLACsv/videos/2671180136438919>] Acesso em 20 de setembro de 2021.

¹¹ Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede

geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças. In: IBGE – Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica N°. 41, 2019.

¹² *Intersectionality is a concept that enable us to recognize the fact that perceived group membership can make people vulnerable to various forms of bias, yet because we are simultaneously members of many groups, our complex identities can shape the specific way we each experience that bias. For example, men and women can often experience racism, just as women of different races can experience sexism differently, and so on. As a result, an intersectional approach goes beyond conventional analysis in order to focus our attention on injuries that we otherwise might not recognize.* [Versão original em texto impresso, distribuído a participantes do GAAPP Transnational Seminar Affirmative Action Global Praxis Project June 7th to 16th, 2009, UCLA. Realização: African American Policy Forum, coordenado por K. Crenshaw e Dr. Luke Charles Harris]. Como bolsista Fulbright nos EUA recebi convite para integrar o referido seminário.

¹³ Verso da canção “A Carne” interpretada pela cantora negra Elza Soares.

¹⁴ A decisão do Supremo Tribunal Federal na ADO n° 26, em 13 de junho de 2019, equiparou a conduta homofóbica e transfóbica aos crimes de racismo.

¹⁵ O mural Nossos Passos Vêm de Longe foi pintado em junho de 2021 pelos artistas Rodrigo MaisAlto da BF e Klebert Black na lateral do viaduto localizado na Av. Leonel Brizola (antiga Av. Presidente Kennedy). Homenageadas: Ana Leone, Dona Leonor, Fátima Monteiro, Nívia Raposo, Rose Cipriano, Sílvia Mendonça (líderes na luta por Direitos Humanos); e, na Ancestralidade: Maria Conga; Mãe Beata de Yemanjá e Marielle Franco.